

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.788 - SC (2019/0174221-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : GLOBO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
ADVOGADOS : LÚCIO JOSÉ RUBIK E OUTRO(S) - SC002378
CARLOS EDUARDO RUBIK - SC015236
ANDRE LUIZ RUBIK - SC028689
AGRAVADO : ELOIN ALVES DE MOURA
ADVOGADO : EDSON SOUZA DE SALLES E OUTRO(S) - SC035021

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por GLOBO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Primeira Câmara de Direito Comercial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fl. 87):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE IMPENHORABILIDADE DOS VALORES BLOQUEADOS VIA BACENJUD.

RECURSO DO EXECUTADO.

VALOR DEPOSITADO EM CONTA DE POUPANÇA DO DEVEDOR, COMPROVADAMENTE INFERIOR A 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. IMPENHORABILIDADE POR FORÇA DO ARTIGO 833, X, DO CPC/2015. RESGUARDO DAS PEQUENAS QUANTIAS POUPADAS PELO DEVEDOR, PARA GARANTIA DE SEU SUSTENTO DIGNO E DE SUA FAMÍLIA. PRECEDENTES DA CORTE SUPERIOR. DECISÃO MANTIDA.

"A impenhorabilidade da quantia de até quarenta salários mínimos poupada alcança não somente as aplicações em caderneta de poupança, mas também as mantidas em fundo de investimentos, em conta-corrente ou guardadas em papel- moeda, ressalvado eventual abuso, má-fé, ou fraude, a ser verificado de acordo com as circunstâncias do caso concreto." (REsp 1.582.264/PR, Primeira Turma, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe de 28/6/2016). (...). (Aglnt no Aglnt no AREsp 1025705/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5a REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe

14/12/2017).

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A agravante sustenta, nas razões de recurso especial, a existência de divergência jurisprudencial sobre a interpretação do artigo 833, X, do Código de Processo Civil, alegando que deve ser afastada a impenhorabilidade dos valores depositados em conta poupança, até o limite de 40 salários mínimos, quando descaracterizada sua finalidade, com movimentação típica de conta corrente.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Depreende-se dos autos que o acórdão recorrido deferiu pedido de reconhecimento de impenhorabilidade de valores depositados em conta poupança do executado, sob os seguintes fundamentos (fls. 92/95):

No caso dos autos, como já visto, a controvérsia recai sobre a possibilidade de penhora dos valores existentes em conta -poupança de titularidade do agravante.

Conforme já recorrido, a lei, no intuito de salvaguardar o patrimônio do devedor, dispõe que as quantias depositadas em caderneta de poupança, que não superem o montante condizente a 40 (quarenta) salários mínimos, são consideradas impenhoráveis.

No caso concreto, a conta-poupança de titularidade do agravado, sofreu bloqueio judicial no dia 05 de agosto de 2016, ocasião em que o saldo da conta era de R\$ 10.531,69 (dez mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos) (fl. 134, SAJPG).

Na época, de acordo com o Decreto n. Decreto 8.618/2015, o salário mínimo valia R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais). Logo, o montante de quarenta vezes tal valor alcançava o montante de R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais).

Assim, verifica-se que o saldo encontrado na conta -poupança em alusão era inferior ao montante de 40 (salários mínimos), ou seja, a situação concreta amolda-se perfeitamente a regra legal.

Conforme já recorrido, a lei, no intuito de salvaguardar o patrimônio do devedor, dispõe que as quantias depositadas em caderneta de poupança, que não superem o montante condizente a 40 (quarenta) salários mínimos, são consideradas impenhoráveis.

Inclusive, no tocante a impenhorabilidade de quantia inferior a 40 (quarenta) salários mínimos, o Superior Tribunal de Justiça recentemente passou a defender que a referida quantia merece

proteção ainda quando não esteja depositada em conta poupança, mas também em conta-corrente, fundo de investimento ou guardadas em papel moeda.

Logo, percebe-se que o intuito da aplicação extensiva da norma legal é o de salvaguardar quantia adquirida pelo trabalhador ao longo do tempo, pouco importando para tanto, o "local" aonde ele porventura tenha "guardado" o numerário.

(...)

Como se vê, o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que as quantias inferiores a 40 (quarenta) salários mínimos pertencentes ao devedor são absolutamente impenhoráveis, pouco importando se estejam localizadas em conta poupança, conta-corrente, ou ainda guardada em papel-moeda.

Logo, percebe-se que à luz do novo entendimento jurisprudencial, já não mais importa se houve o desvirtuamento ou não da conta poupança do devedor para fins de reconhecimento ou não da impenhorabilidade dos valores ali depositados.

Portanto, considerando-se que o não reconhecimento da impenhorabilidade dos valores constrictos na conta poupança do exequente ocorreu em razão do alegado desvirtuamento de sua conta poupança, imperiosa a reforma da decisão combatida.

Desta forma, à luz dessas considerações, imperiosa a reforma da decisão combatida para fins de reconhecer a impenhorabilidade dos valores constrictos da conta poupança do agravante, pois abrangidos pela proteção prevista no art. 833, X, do CPC/2015.

O entendimento do Tribunal de origem encontra respaldo da orientação firmada na jurisprudência desta Corte, para a qual, embora perca a natureza salarial o valor após o mês de sua percepção, são impenhoráveis as verbas depositadas em cadernetas de poupança, conta-corrente ou em fundos de investimento até o limite de quarenta salários mínimos.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. IMPENHORABILIDADE. ARTIGO 649, IV e X, DO CPC. FUNDO DE INVESTIMENTO. POUPANÇA. LIMITAÇÃO. QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. PARCIAL PROVIMENTO.

1. A remuneração a que se refere o inciso IV do art. 649 do CPC é a última percebida, no limite do teto constitucional de remuneração (CF, art. 37, XI e XII), perdendo esta natureza a sobra respectiva,

após o recebimento do salário ou vencimento seguinte. Precedente.

2. O valor obtido a título de indenização trabalhista, após longo período depositado em fundo de investimento, perde a característica de verba salarial impenhorável (inciso IV do art. 649). Reveste-se, todavia, de impenhorabilidade a quantia de até quarenta salários mínimos poupada, seja ela mantida em papel-moeda; em conta-corrente; aplicada em caderneta de poupança propriamente dita ou em fundo de investimentos, e ressalvado eventual abuso, má-fé, ou fraude, a ser verificado caso a caso, de acordo com as circunstâncias da situação concreta em julgamento (inciso X do art. 649).

3. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1230060/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 29.8.2014);

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PENHORA DE SALÁRIO. ALCANCE. APLICAÇÃO FINANCEIRA. LIMITE DE IMPENHORABILIDADE DO VALOR CORRESPONDENTE A 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS.

1. A Segunda Seção pacificou o entendimento de que a remuneração protegida pela regra da impenhorabilidade é a última percebida - a do último mês vencido - e, mesmo assim, sem poder ultrapassar o teto constitucional referente à remuneração de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Após esse período, eventuais sobras perdem tal proteção.

2. É possível ao devedor poupar valores sob a regra da impenhorabilidade no patamar de até quarenta salários mínimos, não apenas aqueles depositados em cadernetas de poupança, mas também em conta-corrente ou em fundos de investimento, ou guardados em papel-moeda.

3. Admite-se, para alcançar o patamar de quarenta salários mínimos, que o valor incida em mais de uma aplicação financeira, desde que respeitado tal limite.

4. Embargos de divergência conhecidos e providos.

(EResp 1.330.567/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 19.12.2014);

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. IMPENHORABILIDADE. ART. 649, X, DO CPC. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA.

1. É impenhorável a quantia de até quarenta salários mínimos depositada, seja aplicada em caderneta de poupança, mantida em

papel-moeda ou em conta-corrente, ressalvado eventual abuso, má-fé ou fraude.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1453586/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 4.9.2015).

Anoto que este Superior Tribunal, em sintonia com o entendimento acima exposto, já decidiu que "a simples movimentação atípica *per se* não constitui má-fé ou fraude a ensejar a mitigação da impenhorabilidade do art. 833, X, do NCPC" (AgInt no REsp 1716236/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 30.5.2018).

Ainda nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. VALORES DEPOSITADOS EM CONTAS BANCÁRIAS. MONTANTE INFERIOR A QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. IMPENHORABILIDADE.

1. Cuida-se, na origem, de execução de título extrajudicial.

2. São impenhoráveis os valores poupados pelo devedor, seja em caderneta de poupança, conta-corrente, fundo de investimentos ou em papel-moeda, até o limite de 40 salários mínimos. Precedente da 2ª Seção.

3. A simples movimentação atípica apurada pelas instâncias ordinárias, por si só, não constitui má-fé ou fraude a ensejar a mitigação da impenhorabilidade do art. 833, X, do NCPC.

4. Agravo interno no recurso especial não provido.

(AgInt no REsp 1795956/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 15.5.2019).

Incide, desse modo, a Súmula 83 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora